

Emigração médica em Portugal: causas e efeitos para o Serviço Nacional de Saúde

Medical emigration in Portugal: causes and effects in the National Health Service

Alexandre Morais Nunes

Doutor em Administração da Saúde (Universidade de Lisboa. ISCSP).

Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal.

Investigador da Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Centro de Administração e Políticas Públicas.

E-mail: anunes@iscsp.ulisboa.pt

Resumo

Objetivos: identificar as causas que desencadearam a emigração e os fatores que podem afetar a decisão para retornar ao país de formação. **Métodos:** estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, realizado com recurso a entrevista semiestruturada gravada aplicada a 50 jovens médicos que manifestaram intenção de emigrar. A coleta de dados ocorreu entre setembro e dezembro de 2016, sendo utilizada para a análise a técnica da análise de conteúdo. **Resultados:** verificou-se que, para 88% dos entrevistados, a ideia de emigrar é motivada por desmotivação generalizada com o estado da profissão em Portugal, causada por fatores relacionados com a próprio processo de formação (90%), pela falta de estabilidade e perspectivas de futuro (100%), por fatores relacionados com a remuneração (100%) e pelas condições de trabalho precárias oferecidas no Serviço Nacional de Saúde (60%). Apenas 20% dos entrevistados admite retornar, um dia mais tarde, ao país que o formou. **Conclusões:** Os médicos internos com intenção de emigrar sentem uma forte desmotivação que já levou para fora do país mais de 800 jovens médicos em pleno período de crise econômica (entre 2013 e 2015). O presente estudo coloca um problema existente não apenas em Portugal como em outros países e reflete a necessidade de promover medidas urgentes para reverter essa tendência. Um dos efeitos mais graves é o risco de faltarem médicos em algumas áreas, comprometendo o acesso e a cobertura universal do Serviço Nacional de Saúde.

Palavras-chave: Médicos; Educação Médica; Satisfação no Emprego; Emigração.

Abstract

Objectives: identify the causes that triggered emigration and the factors that may weigh on the decision to return to Portugal. Methods: an exploratory-descriptive study, with a qualitative approach, using semi-structured recorded interviews applied to 50 young doctors who expressed an intention to migrate. Data collection took place between September and December 2016, and the content analysis technique was used for the analysis. Results: it was verified that, for 88% of the interviewees, the idea of emigration is motivated by a generalized demotivation with the state of the profession in Portugal, caused by factors related to the training process itself (90%),

lack of stability and future perspectives (100%), due to factors related to remuneration (100%) and poor working conditions offered by the National Health Service (60%). Only 20% of respondents admit to returning, the day after, to the country that formed it. Conclusions: The internal doctors with the intention of emigrating feel a high demotivation that has already taken more than 800 young doctors out of the country in the middle of an economic crisis. This study presents a problem not only in Portugal but also in other countries and reflects the need to promote urgent measures to reverse this trend. One of the most costly effects is the risk of missing doctors in certain areas denying access and universal coverage of the National Health Service.

Keywords: Physicians; Medical Education; Job Satisfaction; Emigration.

Introdução

O curso de medicina em Portugal é o que apresenta maior procura por parte dos jovens estudantes. Por esse motivo, o acesso é dificultado pelas altas classificações do último candidato admitido a cada ano, elevando a média de ingresso na universidade.

A elevada procura por este curso é devida a vocação profissional de jovens que aspiram a ajudar o próximo e contribuir para a melhoria da saúde da população, ou é motivada pela ilusão da opinião pública que valoriza muito os médicos, ou pelo fácil acesso ao mercado de trabalho, ou é influenciada pela pressão familiar ou ainda pelas vantagens financeiras, pois são dos profissionais com melhores rendimentos no setor público e privado.^{1,2}

A profissão médica tem implicações para a sociedade e para os pacientes, uma vez que dela depende a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Por essas razões, a motivação destes profissionais e a sua dedicação à carreira e à investigação são importantes no desempenho das suas funções, o que se reflete nos pacientes.³ Caso contrário, teríamos profissionais pouco dedicados e até mesmo desinteressados na aprendizagem e na inovação.⁴

Até ao momento, a satisfação tem sido um fator importante no mundo médico em todo o mundo, o que é reconhecido pela dedicação à profissão, à investigação e ao ensino dos pares nas escolas de medicina. No entanto, ao longo do seu treinamento, os médicos tiveram de optar por uma especialidade, nem sempre

conseguindo colocação na desejada.⁵ Em Portugal, esta é uma tendência e são observadas assimetrias, existindo vagas que não são ocupadas ou pedidos de mudança de especialidade, algumas das vezes por vocação, mas outras em função dos maiores benefícios econômicos que podem resultar.

Outros fatores reduziram a satisfação dos profissionais, uns mediados pela incapacidade formativa do Serviço Nacional de Saúde, limitando o número de vagas disponíveis para o internato médico e outros relacionados com os reduções dos salários e do valor pago por horas extraordinárias, tudo isso por imposição do Memorando de Entendimento entre Portugal, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE) durante o período de resgate financeiro e de crise econômica do país.⁶

A combinação desses fatos, levou ao desenvolvimento de um ciclo de emigração de médicos, especialmente dos mais jovens sem especialidade ou recém especialistas. Um recente estudo realizado em Portugal concluiu que 65% dos jovens médicos em período de formação pós-graduada de especialidade considera a possibilidade de emigrar após concluir a especialidade.⁷

Como resultado da emigração e da opção por umas especialidades em detrimento de outras, há um risco para o Serviço Nacional de Saúde de ficar com especialidades médicas sem profissionais, o que impede o cumprimento

constitucional de garantir a prestação de cuidados de saúde de forma universal (para toda a população) e geral (em todas as necessidades de saúde).⁸

Esta é uma realidade cuja tendência tem vindo a crescer. Este artigo tem por objetivo analisar, junto dos jovens médicos, quais as causas que estão associadas à perspectiva de emigrar, a intenção de regresso ao país e refletir sobre os efeitos que esta tendência terá no Serviço Nacional de Saúde.

Materiais e Métodos

Para participar neste estudo foram convidados 50 médicos, sendo 25 internos do ano comum (período de treinamento inicial primeiro ano) e 25 internos em formação específica no último ano de especialidade. As entrevistas foram realizadas pessoalmente com cada um dos médicos. A taxa de participação foi de 100%. Em cada entrevista foi garantido o anonimato dos entrevistados. Todos os dados que poderiam identificar os participantes não estão acessíveis para terceiros.

O questionário aplicado avaliou, por um lado, os fatos que levaram os jovens médicos a emigrar (causas da emigração) e por outro a pré-disposição em retornar ao país. Assim foram colocadas as seguintes perguntas:

1. A possibilidade de emigrar deve-se a novos desafios em conhecer novas realidades? Ou por outro lado a uma desmotivação geral dos jovens médicos com a situação profissional?

2. A desmotivação foi um fator determinante para a decisão na possibilidade de emigrar?
3. Na base das razões que o levam a ponderar a emigração estiveram fatos relacionados com o sistema de ensino/formação especializada em medicina? Se sim, indique quais.
4. A empregabilidade da medicina em Portugal é um fator que desperte a vontade de emigrar?
5. As condições atuais do Serviço Nacional de Saúde são motivo suficiente para fortalecer a ideia de abandonar o país? Se sim, indique quais.
6. Considera a perda de renda um motivo válido para considerar a emigração para países onde os médicos auferem maiores salários?
7. Um dia mais tarde você pensa retornar ao país para exercer medicina?

A análise dos resultados foi realizada com recurso ao método da análise de conteúdo de acordo com um conjunto de categorias. Este processo permitiu identificar os principais pontos e as expressões mais ilustrativas da vivência pessoal de cada jovem médico.⁹ Para não deixar de parte qualquer informação importante, as respostas organizadas em função das seguintes categorias temáticas: procura de novas experiências; ensino/formação; risco de emprego; condições de trabalho no Serviço Nacional de Saúde; remuneração e retorno ao país.

Para controlar os resultados, as análises têm em conta o grau de formação dos jovens médicos que se encontram a realizar o internato. Assim, de forma a garantir o rigor científico foram consideradas as respostas para os médicos internos do ano comum e para os médicos no último ano de especialidade.

Treinamento Médico em Portugal

Em 2004 foi criado pelo Decreto-Lei nº 203/2004, de 18 de agosto¹⁰ um processo único de formação médica especializada, teórica e prática, tendo como objetivo capacitar o médico a formar tecnicamente numa área profissional especializada. No entanto, após dois anos de experiência, este documento foi revisado sendo, atualmente, o regime jurídico da formação médica após a licenciatura em Medicina regido pelo Decreto-Lei n.º 60/2007, de 13 de março,¹¹ regulado pela Portaria 183/2006, de 22 de fevereiro.¹²

Depois de completar diploma em Medicina, inicia-se o internato médico (estágio), que corresponde a um processo único de formação médica especializada, teórica e prática, tendo como objetivo habilitar o médico ao exercício tecnicamente diferenciado no seu campo profissional de especialização.¹¹

O internato médico é composto por dois períodos: um período de formação inicial, conhecido como ano comum e por um período subsequente de formação específica. O exercício autónomo da medicina é reconhecido

a partir da conclusão do 2.º ano de formação do internato médico.

O ano comum tem a duração de 12 meses e é composto por cinco blocos de treinamento, onde é possível participar na rotina de vários serviços e aplicar na prática os seus conhecimentos orientados para a medicina interna, a pediatria geral, a obstetrícia, a cirurgia geral e os cuidados de saúde primários, nos termos do programa de formação em vigor.¹¹ Esses blocos formativos têm definida uma duração específica, a referir:

- a) Três meses de formação em medicina interna e um mês de formação em área médica, incluindo doze horas semanais em serviço de urgência;
- b) Dois meses de formação em pediatria geral e/ou em área pediátrica, incluindo doze horas semanais em serviço de urgência;
- c) Um mês de formação opcional, incluindo doze horas semanais em serviço de urgência;
- d) Dois meses de formação em cirurgia geral e/ou área cirúrgica, incluindo doze horas semanais em serviço de emergência;
- e) Três meses de formação em cuidados de saúde primários (artigo 4.º da Portaria n.º 53/2013 de 5 de fevereiro).

O ano comum realiza-se em instituições e serviços que possuam idoneidade formativa

para realizar a formação inicial. Os candidatos são distribuídos pelos estabelecimentos e serviços de saúde por ordem decrescente da nota de classificação final do curso de Medicina, de acordo com as suas opções de colocação.¹²

O interno durante este período é supervisionado por um médico especialista. A autonomia é concedida ao fim de dois anos de prática com aprovação. A avaliação é realizada pelo diretor de serviço, diretor de serviço de emergência, presidente do Conselho Clínico ou um médico que integre este Conselho, por proposta do responsável de estágio.¹³

O treinamento específico corresponde ao segundo período do internato médico, subsequente ao ano comum, que habilita o profissional médico ao exercício diferenciado de uma especialidade.¹³ A área profissional de especialização tem um maior grau de diferenciação técnico-científica e pode durar entre 4 a 6 anos, conforme a especialidade (Tabela 1).

O treinamento em cada especialidade segue um programa definido por cada colégio de especialidade e inclui um plano de estágios. A admissão numa área de especialização é realizada através de uma prova nacional de seriação que consiste num exame com 100 questões de escolha múltipla, baseado nos capítulos do livro "*Harrison's Principles of Internal Medicine*."¹⁴ Dependendo da classificação obtida, os jovens médicos poderão escolher a respectiva especialidade, sendo

sempre condicionados pela sua nota na prova. A média de curso é tida em consideração em caso de empate.

No final do processo, para ser reconhecido como especialista, o médico interno é submetido a um exame final, que envolve exame curricular, prova prática e prova teórica.

O crescimento da emigração

De acordo com dados recentes da OCDE,¹⁵ em Portugal existem aproximadamente 4,4 médicos por cada mil habitantes.

O treinamento médico em Portugal tem custos associados, que dependendo da especialidade, oscilam entre os 60 e 100 mil euros por profissional. Contudo, nos últimos anos, o SNS não foi capaz de aproveitar este grande investimento e reter no sistema público os novos profissionais.¹⁶

A Ordem dos Médicos (colégio médico) em Portugal, tem cerca de 45 mil registrados. Em 2016, no SNS, segundo os dados do Ministério da Saúde, existem cerca de 27.618 médicos no Serviço Nacional de Saúde.¹⁷ No entanto, em 2014 emigraram 394 jovens médicos e em 2015 este número subiu para 475. De acordo com dados da Ordem dos Médicos, a maior parte dos médicos emigra em idade mais ativa, entre 25 e os 44 anos e é transversal a médicos especialistas e a médicos que vão com intenção de realizar a especialidade.^{18,19} Em 2016, com a

nova política de saúde implementada o número de pedidos de emigração junto da Ordem dos Médicos está abaixo dos 100. Este é um sinal do aumento da intenção dos médicos em exercer a sua atividade em Portugal.

Uma dificuldade adicional com a formação médica em Portugal ocorre com a colocação dos jovens médicos internos na especialidade após concluírem o ano comum. Em 2015, pela primeira vez 114 médicos não conseguiram colocação num hospital ou unidade de cuidados de saúde primários. Este fato foi relacionado com um problema de direito transitório²⁰ relacionado com a expectativa de acesso à formação específica dos médicos internos.

Além dos problemas de treinamento, os jovens médicos podem ver a questão salarial como um estímulo à emigração. Os médicos que trabalham no Reino Unido, França, Espanha, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, auferem no mínimo o triplo do vencimento e são remunerados adicionalmente por horas extra realizadas e com melhores condições de trabalho.¹⁶

Um estudo realizado em 2015 “Satisfação com a Especialidade entre os Internos da Formação Específica em Portugal” que contou com a opinião de 800 médicos internos, concluiu que, entre as várias questões aplicadas sobre a satisfação com a profissão, destacam-se as conclusões relacionadas com a emigração, onde se refere que em no total 65% dos médicos

portugueses atualmente a frequentar o internato da especialidade considera emigrar após a sua conclusão e, deste total, cerca de 74% das referências são de médicos que frequentam o último ano. Outro dado interessante deste estudo foi a constatação de que 20% dos inquiridos referirem que se fosse hoje não teriam ido para a faculdade de medicina.²¹

Resultados

Os resultados das respostas dos entrevistados apresentam-se em função das categorias, ilustradas com exemplificação do discurso, sendo “E” a referência ao número da entrevista.

Procura de novas experiências / desmotivação

A emigração como fator de procura de novas experiências é apenas relatada por um pequeno grupo (n=6; 12%), todos eles internos que terminaram o ano comum. Na base da sua argumentação estiveram fatores relacionados com o desejo de conhecer novos modelos de prestação de cuidados (n=4; 8%) (exs. “novas realidades” (E5), “novos desafios e experiências” (E13)) e de integrar projetos de pesquisa médica e não de prática clínica (n=1; 2%) (exs. “integrar novos projetos científicos” (E27)).

Com relação à segunda questão, a grande maioria dos médicos (n=44; 88%) refere a desmotivação como o fator que mais influencia a decisão. Em face a esta resposta foram procuradas as causas que poderiam estar na origem da desmotivação.

Problemas relacionados com o ensino e treinamento especializado

A maioria dos médicos internos (n=45; 90%) considera que as questões relacionadas com o ensino e o treinamento na especialização são o fator que mais desperta a intenção de emigrar. As principais causas referidas traduzem-se: na falta de vagas para formação (n=38; 76%) (exs. “Não há colocação certa” (E44); “terminamos um ciclo sem saber se entramos no seguinte” (E17)); no sistema de classificação que impede a escolha da especialidade para a qual tenham uma maior apetência, (n=44; 88%) (exs. “no meu caso fiquei com o que restou, não era de longe a minha opção pretendida” (E2); “consegui ficar na primeira opção, mas nem foi assim com todos” (E30); A fraca disponibilidade dos especialistas em acompanhar os mais jovens (n=17; 34%) (exs. “nem sempre somos acompanhados” (E39); “por vezes os especialistas não nos acompanham da melhor forma não por vontade própria, mas por falta de tempo” (E1); fraca aposta na investigação clínica (n=6; 12%) (exs. “Os casos clínicos são sempre os mesmos” (E10); “somos pouco motivados a investigar mais nos cuidados de saúde primários” (E48); crítica ao processo de seleção (n=50; 100%) (ex. “o Harrison é obsoleto” (E49); “O exame de 100 perguntas é algo descontextualizado que tem a perspectiva da Bélgica sempre presente” (E7)).

Risco relacionado com a estabilidade no emprego

A estabilidade do emprego é mencionada por todos os entrevistados. Este é um problema que preocupa os jovens médicos, particularmente aqueles que completam a especialização e que sentem a falta de vagas para colocação no mercado de trabalho (exs. "O futuro adivinha desemprego na nossa profissão" (E50); "Nos últimos anos a contratação tem sido muito fraca" (E18)); desigualdades na admissão dependendo da especialidade (n=45; 100%) (exs. "há especialidades com colocação imediata devido às carências atuais" (E20); "no futuro existirão especialidades lotadas" (E34)); a demora na abertura de concursos (n=20; 40%) ("por experiência recente os concursos são demorados" (E33); "concursos para admissão demorados" (E21)); o risco de colocação forçada em zonas carentes (n=40; 80%) (exs. "temo que serei obrigado a ingressar numa região na qual não quero trabalhar"(E4); "seremos colocados em função da restrita abertura de vagas" (E45); risco de desemprego (n=25; 50%) (exs. "já vi o desemprego mais longe na minha especialidade" (E9); "vai existir em breve desemprego em algumas especialidades (E47)).

Condições do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

As condições de trabalho no SNS foram também referidas pelos jovens médicos que destacaram o confronto com a realidade, destacando a falta de condições estruturais dos hospitais (n=30; 60%) (exs. "problemas arquitetônicos" (E11); "Hospitais degradados"

(E6; E44); condições de trabalho com falta de profissionais (n=22; 44%) "somos poucos para muitos utentes" (E8); "poucos especialistas que resultaram em longas listas de espera e atrasos no atendimento" (E41)).

Insatisfação com a remuneração

Quando questionados sobre a satisfação com a remuneração que irão auferir se foram contratados em Portugal, a totalidade dos médicos (n=50; 100%) não está satisfeita, pois consideram que toda a entrega e carga horária não compensada no vencimento (exs. "Não são pagas as horas extra" (E36); "Vencimento baseada satisfatório em Portugal" (E23)).

Expectativas em regressar ao país

As opiniões dividem-se quando se coloca a questão do regresso ao país após saída para exercer em outro serviço de saúde. Metade dos inquiridos não sabe se regressa (n=25; 50%), com intenção de regressão encontram-se apenas 10 (n=10; 20%) e sem intenção de retornar ao país de origem 15 jovens médicos (n=15; 30%).

Discussão

Este artigo visa determinar as causas subjacentes à intenção de jovens médicos portugueses emigrar e a intenção de retornar ao país. Os resultados sugerem que somente 12% dos jovens médicos pondera emigrar por vontade própria em busca de novas

experiências, enquanto 88% referem como fator de peso na decisão, a desmotivação pessoal com a prática do exercício médico em Portugal. Apenas 20% não tencionam emigrar mas reconhecem os problemas existentes.

A literatura é escassa em Portugal sobre este recente fenômeno que surgiu com a crise econômica instalada. Contudo, estes achados vão ao encontro do estudo realizado por Tiago Correia e Graça Carapineiro⁷ que ao analisar a satisfação dos médicos internos com a especialidade, concluiu que a maioria dos jovens médicos ponderam a emigração por descontentamento com os processos formativos e do estudo realizado por Martins et al.²¹ que nas suas conclusões apresentou um alerta para os resultados relativos à elevada intenção de emigrar. Os resultados também são comparáveis com a situação avaliada na Islândia, curiosamente outro país abalado por uma crise econômica, onde um total de 63% de médicos internos refere a intenção de abandonar o país.²²

Foram relatadas várias causas que estão na base da desmotivação e que constituem fatores de desmotivação. O mais destacado foi um problema atual que é a admissão na especialidade médica, estando o descontentamento muito relacionado com o processo de admissão que se faz de acordo com uma prova escrita de 100 perguntas de escolha múltipla, cuja nota limita o candidato a uma determinada especialidade, mesmo que não seja a preferencial. No entanto, essa questão

remete para outros fatores como as vagas da especialidade que são definidas pela Ordem dos Médicos, em função da capacidade de treinamento dos serviços integrados no SNS que não chega para todos os candidatos, ficando em 2015 um total de 114 médicos sem vagas e prevendo-se um aumento sucessivo destes números. Devido à limitação de vagas, os jovens médicos receiam o desemprego em determinadas especialidades que já se encontram lotadas e também receiam que a colocação forçada nas regiões carenciadas. Esta é uma realidade existente em Portugal, que gera desigualdades no acesso. Apesar dos incentivos de 2015 não está plena de satisfação de necessidades e arrisca-se a não ter o sucesso pretendido. Por essa razão, a política de saúde para 2017 definiu melhores incentivos para os médicos que pretendam deslocar-se para essas regiões, que não passam apenas por melhor vencimento, mas também por mais rápida progressão na carreira.

As condições de trabalho no Serviço Nacional de Saúde, como referido por Silva,¹⁶ são também propensas à emigração. Não só as estruturas nem os equipamentos, mas sim as limitações de recursos humanos são aspetos apontados que restringem a investigação pelo excesso de carga de trabalho e horários excessivos que não permitem uma adequada dedicação, o que não ocorre em países como o Reino Unido e França, segundo os médicos.

O baixo investimento em investigação clínica foi também um ponto focado pelos jovens

médicos, embora esteja sendo já promovido pelo novo Governo que, articulando com as Faculdades de Medicina, criou um conjunto de Centros Acadêmicos Clínicos dedicados à investigação clínica.

A remuneração é um fator transversal também destacado quando referidas as causas que poderão conduzir à emigração. Os baixos salários e o não pagamento de horas extra não é motivo que agrade aos profissionais que referem auferir muito mais por menos horas de trabalho em outros países europeus como Espanha, França ou o Reino Unido. Tendo presente a recente austeridade aplicada a Portugal e os cortes nos vencimentos de toda a função pública, não é de estranhar que esta questão seja uma das mais prevalentes nestes jovens que aspiram a uma profissão bem remunerada e com estatuto social reconhecido, o que não se confirma quando confrontada com a realidade atual. Contudo, em 2017 já foram repostos os salários e pagas as horas extra.

A expectativa de retorno a Portugal e ao Serviço Nacional de Saúde é ainda uma dúvida para os próprios médicos que não sabem o que o futuro lhes confere nos países de destino.

Considerações Finais

Os jovens médicos internos têm cada vez mais a percepção que poderão ter uma maior motivação profissional em outros países e por este facto a emigração aumentou nos últimos 3

anos, contabilizando-se mais de 500 pedidos em 2015.

Foram avaliados os fatos que levam os jovens a ponderar a emigração. Por um lado, observando a questão de forma positiva poucos são os que referem que se trata de uma forma de adquirir novos conhecimentos, novos desafios e experiências. Por outro lado, a grande maioria refere uma frustração contra as suas expectativas iniciais e uma desmotivação com o exercício da profissão.

Na busca das causas da referida desmotivação, os médicos entrevistados referem fatores relacionadas com o próprio processo de candidatura à especialidade, a perda de prestígio da profissão, o risco do desemprego, o trabalho desgastante, as inadequadas condições de trabalho, os baixos salários e a fraca aposta na investigação clínica. Para agravar a situação sugerem uma incerteza quanto ao regresso ao país.

O tema da emigração de jovens médicos é sensível e preocupante para o Serviço Nacional de Saúde. Por um lado, pela perda de elevadíssimo investimento em profissionais que irão exercer em outro país e que não poderá ser levemente desperdiçado. Por outro, pela falta de especialistas que irá existir e por todos os doentes que sentiram essa lacuna do sistema. Esta situação desenvolve-se numa altura em que o envelhecimento demográfico está aumentando e por isso num momento em que as necessidades em saúde

são crescentes na população, o que se agrava pelo envelhecimento do pessoal médico no ativo, que não vê rejuvenescida a classe, ocorrendo o risco de ser perdida a transmissão de conhecimentos e práticas.

Pelo exposto, é necessário acompanhar este problema e como sugestão de estudos futuros, recomenda-se uma análise quantitativa das causas da emigração, com aplicação de um

questionário e respectiva análise estatística aplicada a uma amostra mais significativa. Este estudo, poderá servir de base pois explorou detalhadamente o tema, avaliou qualitativamente com base na opinião de 50 jovens médicos os fatores predominantes da emigração. Dessa forma, facilita em trabalhos futuros, a construção de um instrumento de recolha de dados, por exemplo por meio de questionário.

Referências

- ¹Magalhães-Alves C, Barbosa J, Ribeiro L, Ferreira M. Licenciados no Curso de Medicina: Motivações, Socialização e Reconhecimento Académico. *Acta Médica Portuguesa*. 2017; 30(4): 285-292.
- ²Ribeiro M, Leal S, Diamantino F, Bianchi H. A Opção pela Medicina e os Planos em relação ao Futuro Profissional de Estudantes de uma Faculdade Pública Brasileira. *Revista de Educação Médica*. 2011; 35(3): 405-411.
- ³Haas JS, Cook EF, Puopolo AL, Burstin HR, Cleary PD, Brennan TA. Is the professional satisfaction of general internists associated with patient satisfaction? *J Gen Intern Med*. 2000;15:122-8.
- ⁴Hillhouse JJ, Adler CM, Walters DN. A simple model of stress, burnout and symptomatology in medical residents: A longitudinal study. *Psychol Health Med*. 2000;5:63-73.
- ⁵O'Malley AS. Exodus of male physicians from primary care drives shift to specialty practice. *Track Rep*. 2007:1-6.
- ⁶Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de Política Económica assinado entre o Governo de Portugal, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional. Portugal; 2011.
- ⁷Correia T, Carapinheiro G, Silva J, Vieira J. O sistema de saúde português no tempo da Troika: a experiência dos médicos. Lisboa: ISCTE-IUL/Ordem dos Médicos; 2015.
- ⁸Lei n.º1/2005, de 12 de agosto - Constituição da República Portuguesa.
- ⁹Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2009.
- ¹⁰Decreto-Lei 203/2004, de 18 de agosto.
- ¹¹Decreto-Lei n.º 60/2007, de 13 de março.
- ¹²Portaria n.º 183/2006, de 22 de fevereiro.
- ¹³Portaria n.º 53/2013 de 5 de fevereiro.
- ¹⁴Longo D, Fauci A, Kasper D, Hauser S, Harrison T, Braunwald E. *Harrison's Principles of Internal Medicine*. Nova Iorque: McGraw Hill Education; 1950.
- ¹⁵OCDE Health Data; 2016.
- ¹⁶Silva JM. Exportar médicos é mau para o país e para os doentes. *Rev Hospital*. 2015; 5: 13-15.
- ¹⁷Administração Central do Sistema de Saúde. *Balanço social do Serviço Nacional de Saúde*; 2016.
- ¹⁸Silva J. Ordem dos Médicos Manifesta preocupação com cortes e emigração. *Jornal Médico* [Internet]. 2014 Disponível em: <http://www.jornalmedico.pt/atualidade/29336-ordem-medicos-manifesta-a-cavaco-silva-preocupacao-com-cortes-e-emigracao.html>.
- ¹⁹Ordem dos Médicos. Emigração subiu: 475 médicos foram trabalhar para fora no ano passado. *Diário de Notícias* [Internet]. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/emigracao-subiu-475-foram-trabalhar-para-fora-no>

ano-passado-5008596.html.

²⁰Decreto-Lei n.º 86/2015, de 20 de Maio.

²¹Martins M, Laíns I, Brochado B, Oliveira-Santos M, Teixeira P, Brandão M, Cerqueira R et al. Satisfação com a Especialidade entre os Internos da Formação Específica em Portugal. *Acta Med Port.* 2015; 28(2):209-221.

²²Solberg IB, Tómasson K, Aasland O, Tyssen R. The impact of economic factors on migration considerations among Icelandic specialist doctors: a cross-sectional study. *BMC Health Serv Res.* 2013;13:524-530.

Tabela

Tabela 1. Período de formação especializada por área de especialização.

Especialidade	Anos	Especialidade
Anatomia Patológica	5	Medicina Física e Reabilitação
Anestesiologia	5	Medicina Geral e Familiar
Cardiologia	5	Medicina Interna
Cardiologia Pediátrica	5	Medicina Legal
Cirurgia Cardíaca	6	Medicina Nuclear
Cirurgia Geral	6	Nefrologia
Cirurgia Maxilo-Facial	6	Neurocirurgia
Cirurgia Pediátrica	6	Neurologia
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	6	Neurorradiologia
Cirurgia Torácica	5	Oftalmologia
Cirurgia Vascular/ Angiologia	6	Oncologia Médica
Dermatovenerologia	5	Ortopedia
Endocrinologia	5	Otorrinolaringologia
Estomatologia	4	Patologia Clínica
Gastrenterologia	5	Pediatria Médica
Genética Médica	5	Pneumologia
Ginecologia/Obstetrícia	6	Psiquiatria
Hematologia Clínica	5	Psiquiatria da Infância e da Adolescência
Imunoalergologia	5	Radiologia
Imuno-Hemoterapia	5	Radioterapia
Infeciologia /Doenças Infecciosas	5	Reumatologia
Medicina Desportiva	4	Saúde Pública
Medicina do Trabalho	4	Urologia

Fonte: ACSS (2013).

Submissão: 26/01/2018

Aceite: 22/03/2018